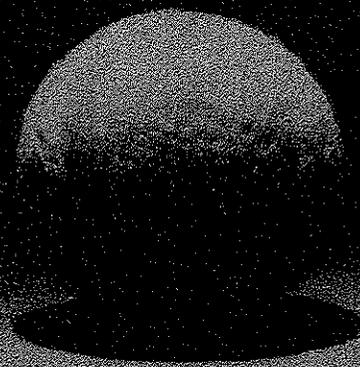


# DEBATE 40

ÚLTIMO  
NÚMERO



## ÚLTIMO NÚMERO

Este é o último número de Debate. Mais de doze anos se passaram desde que foi lançado, no exílio, por um grupo de marxistas brasileiros, marcados - como parcela ponderável da geração revolucionária surgida durante os primeiros anos da ditadura militar - pela experiência da luta armada.

Não é o caso, neste epílogo, de retrazar a trajetória do grupo - inseparável daquela da própria revista. Já o fizemos, mais de uma vez, em momentos cruciais de nossa própria evolução. Cabe-nos tão somente expor as razões desta decisão final, longamente amadurecida durante o último ano.

A situação política nacional reclama formas novas de expressão daquelas que, como nós, estão engajados no combate por um movimento comunista capaz de responder plenamente aos problemas de nossa época, integrado em nossas realidades e portador do projeto de transformação material e cultural da sociedade. Durante muito tempo, Debate exerceu influência dinâmica e renovadora junto aos círculos politicamente ativos do exílio e, a partir de 1974, fez sentir sua presença entre aqueles que, na clandestinidade, lutavam por reorganizar sobre novas bases o movimento revolucionário brasileiro. No entanto, esta presença não foi suficientemente determinante: o processo de reorganização desenvolvido nos últimos anos acabou se fazendo em torno das organizações comunistas de maior tradição e raros foram os movimentos e organizações surgidos na luta contra a ditadura que sobreviveram à dura "seleção histórica" da década do Ato 5.

Os partidos legais de esquerda criados no quadro da "abertura" - o PDT e o PT - constituem a expressão política de correntes ideológicas - o nacionalismo de esquerda, a social-democracia, o socialismo cristão, etc. - dos quais divergimos em muitas questões fundamentais, mas nos separamos também na própria apreciação do momento atual, por considerarmos que a unidade da oposição frente ao regime militar é indispensável à vitória da democracia em nosso País.

Fracassamos em nosso esforço para oferecer à corrente comunista uma alternativa de renovação no terreno orgânico. Constatamos, no entanto, que globalmente o movimento comunista organizado defende uma concepção correta do combate contra a ditadura, em que pesem o extremismo de alguns, a confusão programática de outros e o dogmatismo de muitos. Constatamos também que são muitos os comunistas empenhados em avançar no plano das idéias como da ação para se pôr à altura de sua missão: dar uma resposta revolucionária às exigências de nossa época e de nossas realidades como portadores do projeto de uma nova sociedade e de uma nova cultura. Donde nossa decisão de nos somarmos aos companheiros que representam a mais sólida tradição do comunismo em nosso país, integrando-nos numa nova publicação mais apta para levar adiante este projeto.

## ALGUMAS QUESTÕES SUBSTANTIVAS

No momento histórico em que surgiu a revista DEBATE era por demais comum entre as diversas correntes marxistas brasileiras a tese segundo a qual a ditadura militar só chegaria ao fim através de um assalto direto das massas populares ao poder. Foi o combate a essa simplificação grosseira sobre a dinâmica que poderia levar à desestabilização do regime ditatorial que conferiu uma marcante originalidade à contribuição desta revista ao pensamento marxista brasileiro na década de 70. Indicando as possibilidades de configuração de uma crise do regime provoca da por fatores extrínsecos à iniciativa das massas, DEBATE afirmava que o problema essencial continuaria sendo o da direção política da luta pela democracia. Se esta direção permanecesse nas mãos da burguesia liberal, em vez da tão sonhada "derrubada" da ditadura, teríamos uma reorganização liberal do poder de Estado burguês. Mesmo que abalada, a máquina burocrática-militar de dominação de classe preservaria seus instrumentos essenciais de administração e repressão. Em vez de desdobramento revolucionário da democracia, o fim do regime de terror militar daria lugar a uma estabilização liberal-burguesa do Estado e da sociedade.

Em outras palavras, a definição de uma linha política para a oposição revolucionária dependeria - segundo o grupo que deu vida a esta revista - de uma avaliação realista da correlação política de forças entre as diferentes classes da sociedade. Teria forças a burguesia para freiar a iniciativa das massas na luta pela liberdade política? Ou as forças revolucionárias estariam em condições de levar até o fim a luta contra a ditadura, fazendo da democracia a base de uma auto-determinação das massas?

Consideradas em bloco, as forças que se opunham ao terror militar tinham uma direção de nítido caráter burguês que se opunha ao caráter indiscutivelmente popular de suas forças motrizes. Ao mesmo tempo, só um visionário poderia afirmar categoricamente que, na luta pela liberdade política, a classe operária afirmaria sua hegemonia sobre a frente antiditatorial antes que o próprio regime se desestabilizasse por força de suas próprias contradições internas.

Tal constatação exprimia, em última instância, a contradição entre as condições objetivas e subjetivas da revolução social em nosso país. Apesar do caráter histórico indiscutivelmente socialista dessa revolução - pois é a passagem do poder de uma classe para outra que dá a natureza de uma revolução, tanto no sentido científico quanto no sentido

político e prático da palavra - os objetivos imediatos das classes exploradas eram (e continuam sendo) essencialmente democráticos. Enquanto os trabalhadores assalariados, especialmente os operários, não tiveram conquistado o direito à organização sindical e política independente; enquanto o monopólio da propriedade da terra não fôr quebrado; enquanto os setores-chave da economia não tiverem escapado à lógica da acumulação monopolista; enquanto a nação brasileira não estiver libertada do tributo que sobre ela faz pesar a exploração imperialista; enquanto a máquina estatal não fôr expurgada dos responsáveis pelo terror ditatorial; enquanto as Forças Armadas não forem reorganizadas e a doutrina militar em vigor completamente reformulada; não estarão cumpridas as condições de conteúdo essencialmente democrático do processo revolucionário em curso.

Malgrado a enorme interpenetração dessas exigências históricas, seria impossível excluir a hipótese de que elas venham a se realizar parcialmente, isto é, mantendo um equilíbrio instável entre as diferentes classes e camadas sociais interessadas - cada uma de sua maneira - na democracia. Só poderiam vir a se realizar em bloco caso a dinâmica da luta política assumisse aqui um caráter principalmente militar, isto é, a forma de uma guerra civil prolongada.

Seria este o curso mais provável da luta revolucionária no Brasil? A esquerda brasileira foi pródiga em futurólogos a responderem a esta pergunta com um inequívoco sim. Das primeiras adaptações do modelo "debrayista" ao "cerco das cidades" pelos confins amazônicos, a crise revolucionária foi frequentemente encarada como resultado direto da ação armada das vanguardas e/ou das massas e, como consequência, a tomada do poder descrita como um mero corolário da vitória militar das forças revolucionárias.

É inútil salientar que a dura realidade encarregou-se de desmentir esta solução teórica simplista, pondo em destaque - mais uma vez - o aparente paradoxo entre as premissas materiais da revolução socialista (extensão do proletariado, concentração industrial da produção, caráter burguês do Estado, etc) e a inexistência de suas premissas subjetivas: consciência, organização, disciplina, determinação, e aliança das classes exploradas.

Quais seriam, entretanto, as causas históricas de tal discrepância?

Do ponto de vista do coletivo que deu vida a revista DEBATE, a resposta a esta questão não pode escapar da análise das circunstâncias em que se deu a transformação burguesa da sociedade e do Estado brasileiros. Foi decisivo o fato de que, no Brasil, a contradição entre aqueles que queriam perpetuar a "vocalização agrícola" do país e aqueles que queriam industrializá-lo, entre a renda da terra e o capital, nunca tenha conduzido a um enfrentamento. A burguesia brasileira sempre encontrou a via do compromisso e foi gradualmente que a indústria afirmou sua dominação sobre a agricultura e a cidade sobre o campo. O Brasil conheceu

em 1930 uma crise revolucionária sem solução revolucionária, e a afirmação da hegemonia burguesa fez com que os problemas herdados do passado agrário, longe de serem resolvidos, se reproduzissem e ampliassem. Chegada à sua fase monopolista sem ter cumprido, nem que fosse parcialmente, o programa de reformas sociais proposto há décadas pelas forças populares, a burguesia brasileira incorporou ao desenvolvimento do capitalismo os elementos pré-capitalistas característicos do período precedente, em que dominava a oligarquia agrária.

Neste sentido, a concentração da propriedade da terra, seu subaproveitamento, seus modos específicos de exploração do trabalho dos lavradores, a atrofia da economia camponesa, constituem herança da escravidão colonial. Por outro lado, o fato de que a classe operária e os assalariados em geral não dispõem aqui de organizações sindicais independentes, também manifesta a natureza não-democrática (despótica ou "prussiana") da transformação burguesa. O regime constitucional em vigor de 1946 a 1964, apesar de ter sido o mais democrático que o Brasil jamais conheceu, estava longe de assegurar ao povo os direitos e liberdades vigentes das democracias burguesas mais avançadas. A ditadura militar bloqueou, pela violência aberta, a evolução para a democracia que se verificava no país através da participação crescente das massas na defesa de seus interesses. Fê-lo justamente na medida em que esta evolução apresentava o risco de tornar-se uma ruptura revolucionária com a própria ordem burguesa, em que a luta democrática e anti-imperialista assumia cada vez mais um conteúdo popular; isto é, operário e camponês; ameaçando portanto a hegemonia burguesa.

Foi essa maneira de interpretar a dinâmica do processo revolucionário brasileiro que moldou a linha temática da revista na procura de um aprofundamento de cada uma dessas grandes questões: dominação imperialista, natureza do regime, questão agrária, movimento sindical, etc.

Por isso mesmo, o seu derradeiro número não poderia deixar de resumir os principais resultados desse esforço teórico. É esse o objetivo das resenhas que se seguem.

Nelas estão apresentadas algumas das teses contidas em diversas contribuições publicadas nos últimos 39 números da revista sobre questões importantes e atuais tais como: a dependência do Brasil em relação ao bloco dos países imperialistas; a natureza do regime militar; a problemática agrária; o movimento das mulheres. Das grandes questões tratadas pela revista estas poderiam constituir um bom apanhado não fosse a ausência, neste número, de uma resenha a propósito dos artigos referentes ao movimento operário e sindical, por razões contingenciais. Por isso vale a pena indicar sumariamente os números em que o assunto apareceu com destaque; fundamentalmente as edições de nºs 18, 19, 20, 22, 23, 28, 30, 34, 35 e 36.

## A QUESTÃO NACIONAL

A "questão nacional" mereceu uma intensa reflexão teórica por parte do coletivo que deu vida à revista DEBATE, sobretudo no período 1972-1977. Considerando que a palavra de ordem de "libertação nacional", assim como a caracterização da dominação imperialista a que está submetido o Brasil como "neocolonial" eram fruto de uma surpreendente subestimação do desenvolvimento capitalista em nosso País, o núcleo de redação promoveu um programa de estudo que teve duas vertentes fundamentais: a discussão propriamente teórica sobre o verdadeiro caráter e formas que adquirira a dominação imperialista após a IIª Guerra Mundial (1); e a descrição analítica do setor estatal da economia brasileira, das características do processo de monopolização e de seu sistema financeiro.

A partir do material publicado no período citado seria possível proceder a três gêneros de abordagem. Primeiro sobre a própria história das diversas concepções que predominaram no pensamento marxista brasileiro a respeito da luta anti-imperialista. Em segundo lugar, sobre a marca metodológica introduzida nesse debate pelas contribuições publicadas pelos redatores da revista. E uma terceira, especificamente sobre as questões mais substantivas que continuam, em 1982, a ser objeto de discussão entre as várias correntes marxistas no Brasil.

Deixaremos as duas primeiras tarefas para os historiadores e epistemologistas que vierem a se interessar pelo tema, privilegiando nesta nota alguns comentários sobre o lado "político-prático" do problema. Nas teses divulgadas pela direção do PCB para a preparação de seu 7º Congresso, por exemplo, pode-se ler que a contradição fundamental da sociedade brasileira seria a que opõe "o povo à aliança do imperialismo com seus sustentáculos, a reação interna" (tese 23); que a atual estratégia imperialista consistiria numa "nova divisão internacional do trabalho de caráter neocolonialista"; e que o País teria se mantido na dependência devido à "industrialização controlada, direcionada pelo imperialismo" (tese 15). A utilização destas noções num documento de tamanha importância basta, por si só, para ilustrar o quanto vale a pena retomar algumas das idéias formuladas pelo coletivo DEBATE. Por incrível que possa parecer, apesar de todo o conhecimento acumulado pelos marxistas brasileiros nas duas últimas décadas a respeito da posição do Brasil no campo imperialista, o principal partido político marxista brasileiro continua a triturar anacrônicos jargões numa incrível ginástica mental que tem por finalidade embasar o propósito de "lutar pelas máximas coesão e unidade do bloco de forças que se opõem ao imperialis

(1) Cf. artigos de F. Andrade nos nºs 5, 7, 8, 10, 13, 15, 18, 25 e 26.

(2) Cf. artigos de Marta Alves nos nºs 15, 16, 17 e 21; assim como o artigo de Joana Almeida no nº 16.

mo norte-americano e seus sustentáculos internos" (tese 25). Tudo se passa como se o nacionalismo de alguns setores da burguesia brasileira não se resumisse ao intuito de atenuar a dependência, mas sim exprimis se um real posicionamento a favor da independência diplomática e financeira da Nação frente às metrópoles imperialistas. Demonstra uma cabal ignorância a respeito da dinâmica atual do desenvolvimento capitalista nos países explorados pelo imperialismo embora independentes enquanto nações. Amarra-se à idéia de que a dominação imperialista representaria, antes de tudo, um fator de atrofia do desenvolvimento capitalista nos países sobre os quais ela se exerce. E tira a conclusão lógico-formal evidente: a de que as burguesias nacionais desses países poderiam se aliar ao proletariado numa etapa "nacional e democrática" da revolução (democrática-nacional, nesta última versão).

Grande parte da polêmica há décadas em curso dentro de nossa esquerda a respeito desta questão repousou, em última instância, sobre a incompreensão do duplo caráter da dominação exercida pelos grandes monopólios sobre nossa sociedade. O Brasil está inserido no campo imperialista internacional como país capitalista explorado pelos monopólios multinacionais, mas sua burguesia tem interesses econômicos e políticos próprios e participa, tanto quanto os monopólios estrangeiros, da exploração dos trabalhadores. Em que medida seria possível imaginar que esses interesses próprios levariam setores importantes da burguesia brasileira a participar de uma frente anti-imperialista? Esta é a questão central e sobre ela cabe tão somente destacar algumas das conclusões dos vários estudos publicados nesta revista.

#### A forma fundamental da exploração imperialista

O intercâmbio desigual, a pilhagem dos recursos naturais e outras formas arcaicas da exploração imperialista são hoje estruturalmente secundárias em relação à extorsão direta de um sobretrabalho extra, superior à taxa de exploração existente nas metrópoles imperialistas. Voltar-se essencialmente contra as primeiras é o traço característico do nacionalismo burguês, justamente por que atingem a Nação como um todo e, por isso mesmo, encobertam a super-exploração do proletariado.

Governos burgueses e mesmo governos reacionários semi-feudais, como o dos Estados membros da OPEP (da Venezuela à Arábia Saudita, passando pelo Irã) foram capazes de defender eficazmente suas riquezas naturais e os termos do intercâmbio com as metrópoles imperialistas, criando uma nova correlação de forças no mercado mundial capitalista. O exemplo da OPEP mostra, com efeito, a possibilidade de convergência limitada dos Estados do terceiro mundo com regimes sociais diferentes e até opostos na defesa de suas riquezas naturais e do preço de suas exportações. Mas mostra também que esta defesa, cujo caráter objetivamente progressista se deve em boa medida à posição anti-imperialista de alguns dos Estados-membros (particularmente a Argélia, mas também o Iraque e a Líbia) tem e terá sempre pontos vulneráveis já que os governos

reacionários (Arábia Saudita, Emirados Árabes) reduzem-na a uma mera questão de intercâmbio comercial.

A crise internacional do capitalismo cujas manifestações imediatas vem assumindo, ao longo da última década, cada vez maior gravidade (recessão, inflação, desemprego, acirramento da concorrência intermonopolista e intercapitalista), coloca os países capitalistas do terceiro mundo frente à alternativa de aceitarem passivamente as tentativas imperialistas visando a fazê-los sofrer o impacto principal das medidas de estabilização monetária e de reativação econômica anarquicamente adotadas ao sabor da evolução da conjuntura (restrição às importações, ao crédito internacional público e privado, guerra comercial, etc.) ou de agirem no sentido de uma "nova ordem econômica internacional" preconizada pelos países mais avançados do movimento dos "não-alinhados".

É na exata medida em que cumpriu em grande parte os objetivos nacionais da luta revolucionária, que o combate dos povos do terceiro mundo se choca com a questão crucial do desdobramento anti-capitalista da luta anti-imperialista. A forma fundamental da exploração imperialista é a exploração diferencial da força de trabalho dos proletários e semi-proletários do terceiro mundo. O anti-imperialismo das burguesias locais, quanto existe, está essencialmente ligado à defesa das riquezas naturais e à luta pela melhoria dos termos de intercâmbio com as metrópoles imperialistas. Nos países onde se desenvolveu uma burguesia monopolista nacional (é o caso da Argentina, Brasil e Chile, para ficar só no "Cone Sul") e onde, de maneira geral, o desenvolvimento capitalista conferiu a estas burguesias uma base econômica própria de domínio de classe, podem surgir contradições, de variável importância, entre capitalistas nacionais e a alta finança imperialista, tanto no domínio bancário, quanto no domínio industrial. No Brasil, estes conflitos de interesses têm sido relativamente frequentes e explicam a tomada de posição "nacionalistas" de certos setores da grande burguesia, cujos representantes mais lúcidos chegam até à defesa de certa estatização capitalista. Mas em absoluto não caracterizam uma situação de opressão da nação brasileira como tal, em absoluto não permitem a formação de uma frente que una os brasileiros como tais contra a dominação estrangeira.

#### A atitude contraditória da burguesia brasileira

É evidente que os monopólios brasileiros não dispõem, como os monopólios multinacionais, do controle da inovação tecnológica; não realizaram a integração da pesquisa científica à produção e, sobretudo, a massa de capital que concentram e centralizam é incomparavelmente inferior àquela da alta finança imperialista. Sua esfera de atuação é principalmente nacional, no melhor dos casos regional: são monopólios domésticos. Donde sua possibilidade muito limitada de se organizar em cartéis, trustes e holdings pesando na correlação de forças entre os monopólios internacionais. Donde sua dependência em relação aos fundos

públicos, tanto mais que não podem contar, como ocorre com as multinacionais instaladas no país, com financiamento direto e imediato do exterior. Se o traço mais característico da transformação monopolista do capitalismo é a interpenetração do capital bancário e industrial e a formação sobre esta base do capital financeiro, então o capitalismo de monopólios brasileiro é realmente atrofiado, posto que o chamado "setor financeiro" brasileiro constitui tão somente um mecanismo de especulação e de usura ao qual a indústria não recorre, salvo para financiar capital de giro. Vale dizer que no Brasil a integração dos grandes bancos e da grande indústria não se verificou, por força do caráter atrasado e dependente do desenvolvimento capitalista: o capital bancário se dirigiu para as negociações das "financeiras" e o industrial teve que se contentar com as brechas que lhe deixam os monopólios multinacionais. A supremacia da oligarquia financeira imperialista sobre o capitalismo monopolista brasileiro é a causa fundamental da exploração imperialista a que está submetida a economia brasileira como um todo, de sua dependência financeira, a qual se exprime, muito imperfeitamente, em termos contábeis, em sua dívida externa. É justamente essa inferioridade econômica da burguesia monopolista brasileira diante dos monopólios imperialistas que constitui a chave da compreensão de sua atitude contraditória em relação ao setor estatal da economia. A fórmula do ex-ministro da Indústria Severo Gomes é, neste sentido, lapidar: "hoje, desestatizar é desnacionalizar". Hoje e sempre. Sem capitalismo de Estado o capitalismo de monopólios seria inviável no Brasil. Mas para não "desnacionalizar", a burguesia brasileira teria de fortalecer a economia nacional controlando estritamente os investimentos estrangeiros e a remessa de lucros, ampliando o mercado interno (o que supõe antes de mais nada a elevação dos salários reais e a reforma agrária), aplicando uma decidida política de emancipação econômica e para isto enfrentando toda sorte de chantagens e pressões por parte do imperialismo. Ora, foi por ter apenas preconizado esta política que Jango foi derrubado. O que tem mostrado, neste sentido, a evolução política recente da burguesia brasileira, é um maior receio do capitalismo de Estado (o qual, embora a serviço da burguesia, contém em seu princípio a negação da propriedade privada burguesa sobre os grandes meios de produção, e aparece portanto como arma de dois gumes) do que dos monopólios multinacionais (que a ameaçam no terreno econômico, mas não no terreno político e ideológico). Ela precisa da estatização capitalista contra as multinacionais, mas precisa das multinacionais para manter a lógica da acumulação monopolista, já que a recíproca da tese de Severo Gomes, se não for verdadeira, é pelo menos tida como tal pelos círculos politicamente predominantes da alta burguesia: hoje, "nacionalizar" seria estatizar!

#### O papel do Estado e a política externa no regime

A relação da burguesia como um todo e da burguesia monopolista como causa dominante da classe dominante ao Estado não pode ser concebida nem de maneira puramente "instrumental" (já que o Estado é, ele tam-

bem, uma realidade social e, particularmente no Brasil, uma realidade econômica), isto é, o Estado não está a serviço da burguesia no mesmo sentido que o bisturi está a serviço do cirurgião ou o freio a serviço do motorista, nem de maneira análoga à das burguesias dos países dominantes com seus Estados respectivos. Desenvolver cada um destes dois pontos implicaria em pelo menos duas longas notas como esta. Somos pois obrigados a ser extremamente concisos, em detrimento da clareza, mas não temos infelizmente alternativa.

\* Sobre o caráter não-instrumental da relação classe dominante/Estado, notemos tão somente que, a despeito dos exageros interessados a que deu lugar a campanha "anti-estatizante" movida pelos círculos mais poderosos da direita liberal, sem dúvida alguma a centralização do poder de Estado nas mãos da burocracia militar favoreceu o fortalecimento do setor estatal da economia, tanto no domínio financeiro (crédito à indústria) quanto na esfera diretamente produtiva. Donde um elevado grau de autonomia do Estado em relação à burguesia, inclusive à burguesia monopolista.

\* Sobre a não-analogia entre a relação burguesia monopolista/Estado no Brasil e nos países capitalistas metropolitanos, além de causas determinadas por uma distinta correlação de forças entre o Trabalho e o Capital (por exemplo a colaboração de classes incluindo a gestão social-democrata do Estado capitalista, como ocorre na Alemanha Ocidental principal potência européia) o que cabe salientar é que o Estado brasileiro garante a sobrevivência como classe da burguesia brasileira, mas não a das burguesias dos países capitalistas metropolitanos. A sobrevivência da burguesia e do Estado capitalista brasileiros são mutuamente interdependentes, e portanto o vínculo que os une é indissociável. Por isso, se o Estado capitalista brasileiro favorece as multinacionais muitas vezes em detrimento dos interesses imediatos da burguesia brasileira é por que assim o exigem as condições da acumulação monopolista acelerada, é por que, como tal, o capitalismo de monopólios no Brasil só pode se manter em estreita articulação com o sistema imperialista internacional.

Não é por ser a emanção direta da dominação política estrangeira, mas por estar a serviço de uma burguesia economicamente dominada pelo capital estrangeiro que a política econômica do regime militar satisfaz, no essencial, às exigências dos monopólios multinacionais. Ela promove o encontro da fome de divisas do capitalismo brasileiro e da vontade de comer sobre-lucros do capital financeiro imperialista. E a nota do festim é paga com a miséria das massas trabalhadoras. Na medida em que a burguesia brasileira e a alta finança imperialista constituem forças distintas com interesses nem sempre convergentes pe muitas vezes opostos, suas relações não devem ser concebidas estaticamente como uma pura e simples "integração imperialista".

E é por isso que a política externa da ditadura militar está orientada a partir de Costa e Silva em vista de fortalecer, pela concentração mo-

monopolista acelerada e pela reorganização do comércio exterior a posição do Brasil no interior do campo imperialista. A ditadura militar neste sentido tem tentado, com alguma perseverança, tirar partido das contradições interimperialistas. Dividir a dependência para atenuá-la, a isto se reduz o "nacionalismo" do regime militar. Os limites da "soberania nacional" tal como a entende este regime são evidentes: a super-exploração monopolista das massas trabalhadoras em seu conjunto, a condição de país importador de capitais e portanto financeiramente dependente e, em que pesem algumas fanfarrônicas, a subordinação militar e diplomática à política internacional do imperialismo. (AS)

## A NATUREZA DO REGIME

Desde seus primeiros números a revista DEBATE defendeu insistentemente que uma correta orientação da luta popular pela democracia em nosso país dependia, em grande medida, de uma clara definição da natureza do regime instaurado pelo golpe militar de 1964. Para tanto assumiu uma postura crítica diante das várias correntes políticas que se contentavam em "definir" o regime militar como "ditadura dos exploradores" ou "ditadura da burguesia", como se o modo pelo qual as classes dominantes passaram a exercer o poder político após 1964 em nada houvesse mudado, ou ainda, em nada se distinguisse da maneira como era exercido pelas burguesias de outros países. Com o editorial do número 5, DEBATE iniciou o estudo sistemático das classes e camadas que passaram a compor o bloco das classes dominantes, assim como das particularidades institucionais e políticas do regime militar. De tudo o que publicado sobre o assunto a partir dessa primeira contribuição pode-se extrair sinteticamente as seguintes observações.

O resultado histórico do golpe de 64 foi a afirmação do domínio da burguesia monopolista sobre a economia e a sociedade através de um regime de ditadura militar cujo caráter terrorista foi se acentuando a medida em que, progressivamente, o Alto-Comando das Forças Armadas ia assumindo o completo controle do aparelho de Estado. A imposição dos interesses da burguesia monopolista ao longo destes anos provocou numerosos descontentamentos em setores das classes dominantes que não puderam beneficiar-se - ou foram mesmo diretamente prejudicados pela concentração da produção e pelo ritmo da acumulação - sobretudo na medida em que, escancaradas as portas da economia nacional aos monopólios estrangeiros, a concorrência tornou-se ainda mais árdua para os pequenos e médios capitalistas nacionais, muitos dos quais acabaram sendo expelidos do processo produtivo, reforçando-se assim, ainda mais a centralização do capital. A "velha oligarquia" latifundiária, embora tenha preservado suas terras graças à postergação da reforma agrária e à impiedosa repressão ao movimento dos trabalhadores agrícolas, teve diminuído o seu peso específico no interior das classes dominantes, tanto no plano econômico,

quanto no plano político. No plano econômico, pelo fato da propriedade do capital tornar-se cada vez mais importante do que o simples monopólio da terra como meio de expropriar o sobre-trabalho dos camponeses e proletários agrícolas. No plano político, na medida em que a centralização do aparelho de Estado e a concentração de poderes nas mãos do Alto Comando da FFAA esvaziaram progressivamente o "coronelismo", tornando menos relevante o "poder local" no meio rural como forma de influir no poder de Estado.

A acumulação monopolista acelerada engendrou contradições no seio das classes dominantes que se traduziram em multiformes atritos, alguns dos quais assumiram a forma de verdadeiros enfrentamentos políticos abertos como foi o caso da "Frente Ampla", cujo manifesto inicial, assinado por Carlos Lacerda não hesitava em taxar o então ditador Castelo Branco de "neo-fascista". A maioria dos Atos Institucionais, com exceção dos mais importantes (o 1 e o 5), dirigiram-se em boa medida contra setores descontentes da burguesia e das camadas médias. Mesmo o AI-5, que visava essencialmente impedir a retomada das lutas populares após 1968, voltou-se também contra a ala liberal da burguesia, na medida em que permitiu a cassação de muitos de seus representantes no Congresso e não só. Cabe igualmente lembrar as sucessivas e importantes crises ministeriais, cada uma delas opondo à orientação dos monopólios, fielmente defendida por Delfim Neto (ou por Simonsen, seu substituto por curto período) um ministro descontente, representando um setor conjunturalmente prejudicado pela política governamental. Ao ministro do Planejamento, principal intérprete dos interesses monopolistas, opuseram-se Albuquerque Lima, Yassuda, Cirne Lima, Severo Gomes, Rischbieter. Nessas "crises", a lógica da acumulação monopolista acelerada foi imposta contra o nacionalismo de direita (e estatizante) do general Albuquerque Lima; atropelou por várias vezes os interesses agrários (se bem que com maior estardalhaço no episódio Cirne Lima); e, no caso Severo Gomes, mostrou a gravidade que por vezes pode assumir a contradição entre a política monopolista abertamente pró-imperialista e os interesses de médias e pequenas empresas que são, em esmagadora maioria de capital nacional.

O estilo de acumulação imposto pelos grandes monopólios era incompatível com a liberdade sindical, pois exigia um implacável arrocho salarial. Era incompatível também com as demais liberdades públicas, pois traziam risco de facilitar uma mobilização do conjunto de forças que tinham interesses opostos. Por isso, a plena afirmação dos interesses ligados à acumulação monopolista esteve estreitamente vinculada à concentração cada vez mais drástica do poder de Estado nas mãos do Alto-Comando das FFAA. O tão propagado "binômio segurança-desenvolvimento" adquiria assim seu verdadeiro significado; isto é, terrorismo de Estado mais acumulação monopolista acelerada.

#### Crise política

Com o golpe de Estado de 1964 a burguesia brasileira em seu conjunto

mostrou não ter mais condições de continuar a dirigir a economia e a sociedade através de seus partidos e representantes políticos diretos. O regime militar é portanto a expressão de uma crise de hegemonia da burguesia brasileira, isto é, expressão da incapacidade da classe capitalista em dirigir politicamente a sociedade, o que a levou a entregar à burocracia militar o exercício direto do poder de Estado. A ditadura militar não constituiu uma "solução" para essa crise, ou seja, não conseguiu suprimi-la. Trata-se de uma regime de exceção e tem, do ponto de vista da própria burguesia, um caráter transitório; mesmo que tenha sobrevivido por quase duas décadas como regime de crise (não é por acaso que os sucessivos ditadores prometeram sempre restabelecer a democracia até o fim de seus mandatos).

O caráter crônico da crise hegemônica explica um dos aspectos mais marcantes na evolução do regime militar, qual seja, o da oscilação constante entre a "distensão" e a repressão terrorista, entre a política de abertura e o totalitarismo governamental. Esse movimento pendular é intrínseco à lógica da ditadura militar e corresponde ao resultado, em cada momento histórico, da correlação entre as diferentes forças que a compuseram no decorrer de todos esses anos. Dentre elas cabe destacar a componente fascista, isto é, a corrente dos partidários do terror de Estado como método de governo e a corrente liberal de direita, que tem nos "castellistas" a sua versão militar. Para esta a ditadura é um regime útil desde que temporário, ou seja, uma forma historicamente transitória de defender o Estado burguês assegurando o lucro monopolista.

Os sucessivos governos ditatoriais sempre trataram de desempenhar um papel de "arbitragem" entre as diversas facções que tentam imprimir ao aparelho estatal uma orientação coerente com seus interesses. Todos tiveram de recorrer a um processo mais ou menos complexo de composição de forças. Mas o traço mais significativo da ditadura militar foi a constante composição política entre o fascismo e o liberalismo de direita. Essa composição nunca deixou de ser contraditória, persistindo as divergências que levaram a graves enfrentamentos. A ascensão do general Costa e Silva contra a vontade dos "castellistas"; a tragicomédia da Junta Militar em 1969; a exoneração do general Ednardo D'Ávila, comandante do IIº Exército durante o governo Geisel; a exoneração do Ministro do Exército, general Silvío Frota; os atritos constantes entre o general Figueiredo e o comandante do IIº Exército, general Milton Tavares; a explosão no Riocentro perpetrada por elementos do DOI-CODI; todos esses fatos são aspectos mais "espetaculares" da luta travada entre fascistas e liberais de direita no interior do regime.

O que distinguuiu politicamente dada um dos cinco governos ditatoriais não foi o fato de identificarem-se com algum dos grupos de pressão que surgiram no interior ou fora do aparelho militar, mas sim de se terem inclinado mais para esta ou aquela corrente, dependendo do período considerado. O governo Médici, por exemplo, caracterizou-se por dar carta branca à fúria criminosa do terror policial-militar, enquanto o gover-

-15-

no de seu sucessor inclinou-se em direção das forças liberais de direita buscando por isso mesmo limitar o controle que haviam assumido sobre o aparelho de Estado os partidários mais extremados do terror.

### O porquê da "abertura"

O contraste entre a prosperidade econômica e a miséria política da burguesia brasileira era flagrante ao findar o governo Médici. Os personagens que então se encontravam à testa das Federações da Indústria, das Associações Comerciais, da Sociedade Rural, etc., bem como os representantes políticos da burguesia ligados ao regime, comportavam-se como um bando de vis bajuladores dos chefes militares, chegando mesmo, muitos deles, a financiar diretamente as equipes de tortura para-policiais. Em tais condições torna-se perfeitamente compreensível que, reagindo contra o isolamento e degradação a que fora levada a ditadura pelo recurso indiscriminado ao terror militar, ressurgisse, fortalecido, o liberalismo de direita.

Desde finais de 1973 o regime passou a defrontar-se com o agravamento da situação econômica que começava a sofrer o impacto da crise internacional do capitalismo. As ameaças que, desde então, pairam sobre a continuidade da acumulação monopolista e da expansão capitalista abriram um novo período de desestabilização com o conseqüente enfraquecimento da coesão dos interesses dominantes articulados em torno da ditadura terrorista a serviço dos monopólios. A crise do regime foi acentuada pela ascensão, ainda que lenta, desigual, limitada e até hesitante, das forças democráticas. Estas foram progressivamente encontrando formas mais adequadas de manifestação, conseguindo ocupar com mais decisão a estreita e sempre instável faixa de expressão oposicionista legal. Nesse quadro, o ressurgimento de uma ala liberal de direita cuja versão militar é o "castellismo" exprimiui a determinação dos círculos politicamente mais ativos das classes dominantes em preparar o terreno para uma mudança substantiva no regime (senão de regime).

O predomínio da corrente liberal de direita afirmou-se no decorrer do governo Geisel. A política de "distensão lenta, gradual e segura" era a tradução prática de ascenso das forças democráticas numa situação de crise econômica e sob a ameaça constante dos setores fascistas, ao mesmo tempo em que crescia a convicção liberal de que o exercício do poder de Estado pelo Alto Comando Militar só pode ter caráter excepcional e transitório; isto é, que a verdadeira estabilidade política supõe que a classe economicamente dominante seja também a classe politicamente dirigente.

O governo Figueiredo tem levado adiante a política da transição controlada do regime militar, mas enfrenta, evidentemente, inúmeras resistências. Apesar disto, tem logrado estabelecer um correlação de forças favorável aos liberais de direita mantendo, ao mesmo tempo, sob controle as investidas das forças democráticas às custas do "casuismo". (N.M.)

## A QUESTÃO AGRÁRIA

O estudo das formas concretas que vem assumindo o desenvolvimento do capitalismo no campo e de seus reflexos sobre a organização das classes sociais na agricultura foi uma das preocupações básicas da produção teórica de DEBATE. Poucas áreas do conhecimento sofreram tanto com o hábito cultivado pela esquerda brasileira de adequar as idéias sobre a sociedade às necessidades gerais de programas e palavras de ordem previamente adotados quanto a questão agrária: se a revolução fosse socialista, ergo o campo seria capitalista. Inversamente, se ela fosse nacional e democrática, os restos feudais imprimiriam à agricultura o essencial de suas cores. Apesar de raras e honrosas exceções, o tratamento da questão agrária brasileira era norteado, até final dos anos 60, por essa postura "deducionista". E é deste ambiente intelectual que surge o "grupo Debate".

Embora algumas de nossas idéias básicas a respeito da agricultura brasileira estivessem contidas na Plataforma Política cujo Projeto foi publicado pela primeira vez em 1973 (nº 12), isto era absolutamente insuficiente. De fato, um dos eixos básicos desse documento reside na concepção segundo a qual a transformação capitalista da sociedade brasileira não foi movida pelo antagonismo entre a burguesia industrial e a classe dos proprietários fundiários (o "latifúndio"), mas teve no compromisso entre estas duas classes seu traço fundamental. Mas se este compromisso - de longa raiz histórica - era assim tão importante, como explicar a contradição entre os interesses das classes dominantes agrárias e industriais que apareceu claramente em 1973 com a crise do abastecimento de leite e materializou-se na demissão do ministro Cirne Lima durante o governo Médici ?

A resposta a esta pergunta supõe não somente o estudo das relações gerais entre agricultura e indústria mas, sobretudo, uma minuciosa análise da própria composição social do setor agrícola. Numa série de três artigos dedicados à pecuária leiteira, à pecuária de corte e à produção de soja e trigo (nºs 14, 15 e 16), A. Silva aborda esta questão mostrando que a dominação dos grandes monopólios sobre a agricultura não supõe a eliminação social do campesinato. Estes artigos contribuem para a teoria da formação dos preços e sua particularidade no que se refere à agricultura. Mostra-se aí como foi possível a liderança dos latifundiários e da burguesia rural sobre o bloco de forças integrado pelo pequeno campesinato para reivindicar o aumento dos preços agrícolas e porque estas reivindicações foram, na maior parte dos casos, derrotadas. Esta análise era enriquecida pela preocupação em ligar estas lutas a suas manifestações políticas concretas.

A constatação do caráter socialmente heterogêneo da agricultura brasi-

leira feita nas matérias sobre o leite, carne e soja/trigo foi aprofundada em artigos posteriores, após uma visão panorâmica sobre os problemas do setor agrário publicada no nº 18, uma das contribuições desta revista ao Tribunal Bertrand Russel sobre o Brasil. Como explicar que, apesar do peso decisivo do campesinato entre os explorados do campo, o trabalho assalariado tenha se desenvolvido tanto durante o final dos anos 1960 e início dos anos 1970 ? Quais foram as formas principais desse assalariamento ? Que condições permitiram que o proletariado agrícola crescesse, apesar da lentidão do progresso técnico na agricultura ? Qual a composição social da agricultura em termos regionais ? Estas são algumas das principais questões tratadas em artigos publicados nos nºs 21, 22, 23 e 27 de DEBATE,

É importante lembrar que toda esta reflexão teórica fundamenta-se numa preocupação política determinante na luta pela democracia e pelo socialismo: trata-se da aliança operário-camponesa. Estudar a dinâmica das classes sociais no campo é a única forma de se evitar a transformação da expressão "aliança operário-camponesa" numa petição de princípios vazia e portanto incapaz de orientar as lutas concretas. É importante constatar que este estudo é, ainda hoje, em muitos casos desprezado. Dois exemplos: nas teses para o 7º Congresso, o Coletivo dos Dirigentes Comunistas subestima surpreendentemente o peso social do campesinato e superestima o do proletariado agrícola (cf. para uma crítica mais pormenorizada, DEBATE nº 38, pp.23 a 25). É evidente que se esta distorção a respeito do peso respectivo das duas principais classes sociais exploradas no campo for a base para a formulação de propostas em torno da aliança operário-camponesa, esta dificilmente sairá do papel... Num extremo oposto encontra-se a concepção "populista" da esquerda cristã (cf. DEBATE nº 37, "O Populismo Caipira", A.Silva) que faz dos posseiros das regiões de fronteira agrícola a força decisiva na luta contra o capital no campo. Estes exemplos são suficientes para mostrar que a contribuição de DEBATE para um justo equacionamento da questão agrária por parte das forças democráticas e particularmente dos comunistas, conserva, infelizmente, toda a sua atualidade. (P.A.)

## A QUESTÃO FEMININA

Desde 1974, numa iniciativa inédita entre os marxistas brasileiros, esta revista propôs-se a avançar na compreensão da questão feminina através de uma análise integrada de todas as esferas onde se origina e reproduz a opressão sobre as mulheres, sem fazer abstração, evidentemente, das distinções de classe que opõem as mulheres das classes dominadas às mulheres das classes dominantes. A preocupação central era a de contribuir para que um novo surto do movimento feminino em nosso País não estivesse mais prisioneiro de velhas visões instrumentalistas que o encravavam como simples força "auxiliar", sem objetivos próprios determinados pela discriminação a que continua submetido o sexo feminino em ple-

no final do século XX. Por outro lado tinha-se também presente que tal atitude inovadora correria permanentemente o risco de descambar na concepção altamente idealista que não percebe que os papéis tradicionalmente impostos às mulheres estão intimamente vinculados à divisão social do trabalho e, portanto, às estruturas de classe de cada sociedade.

Apesar de algumas hesitações - talvez até recuos - foi a manutenção de tal postura que permitiu que DEBATE se colocasse ao longo dos últimos oito anos como referência obrigatória de todos os marxistas brasileiros que procuravam repensar a "questão feminina". A controvérsia que se estabeleceu no interior do próprio núcleo que deu vida à revista (particularmente presente nos nºs 35 e 39), engendrada pelas dificuldades naturais da procura de uma orientação geral para o movimento das mulheres brasileiras, espelha, antes de tudo, a continuidade de uma reflexão que não se petrificou na adoção de fórmulas estereotipadas e que, malgrado serem "hovas", não permitem ainda que se acredite numa verdadeira superação dos enganos do passado.

Claro está que não será no âmbito destas notas que tal controvérsia poderá desenvolver-se. Nosso objetivo aqui é bem mais modesto. Trata-se de apresentar rapidamente as diversas abordagens da questão feminina publicadas em 13 dos 23 últimos números desta revista (1). Grosso modo, elas podem ser reunidas em função de três eixos: a) tratar a questão teórica de fundo, qual seja, a da base material da opressão sobre as mulheres assim como da natureza e alcance históricos de um movimento feminista; b) descrever alguns aspectos particulares que assume tal opressão em nosso País; c) discutir as possíveis opções práticas que se colocam atualmente ao movimento feminino brasileiro.

Em relação à primeira ordem de problemas, após uma análise sucinta, mas sistemática, das linhas centrais de um enfoque marxista sobre os fundamentos da opressão do sexo feminino na sociedade capitalista (nº17), a discussão deslocou-se para a abordagem do significado do feminismo. E aí surgiram duas atitudes básicas. Uma considera que a luta das mulheres, se questionar realmente a opressão a que estão submetidas, questionará, ao mesmo tempo, todas as relações baseadas na opressão, tendo por consequência, como objetivo, a transformação radical dessas relações; o que lhe daria um alcance histórico que ultrapassa a própria sociedade socialista (nº35). Outra vê nessa idéia um grave erro, de corte utópico, cuja origem seria uma supervalorização da opressão da mulher pelo homem, representando objetivamente, um contrabando sexista para o campo da luta de classes. Entretanto, nenhuma dessas duas posições pôde, por enquanto, explicitar quais seriam as consequências organizacionais que se deve tirar da dimensão de classe que está embutida na luta das mulheres.

---

(1) nºs 17, 20, 24, 27, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38 e 39

A respeito da segunda ordem de preocupações - descrição dos aspectos particulares que a opressão sobre as mulheres adquire no Brasil de hoje, pode-se dizer, sem titubear, que foi o ponto mais fraco das contribuições publicadas em DEBATE. Após duas tentativas promissoras (nºs 20 e 24), o trabalho foi praticamente abandonado, reaparecendo somente no nº 36 com um pequeno estudo sobre a questão do controle da natalidade. Isto se deve, certamente ao fato das autoras terem voltado mais sua atenção para os aspectos práticos de reestruturação do movimento das mulheres no Brasil: suas condições de luta, seus objetivos programáticos, suas dificuldades em conseguir a unidade, seu papel nos sindicatos, etc. Este terceiro tipo de abordagem trouxe algumas contribuições significativas, entre as quais merece destaque a análise autocrítica a respeito do terceiro ( e talvez último) "Congresso da Mulher Paulista". Rompendo com o maniqueísmo confuso que opõe "luta geral" (política) e "luta específica" (reivindicativa), reminiscência de um movimento estudantil mal digerido, o artigo publicado no nº 38 procura mostrar: a) que são inúmeros os caminhos que podem levar as mulheres a descobrir que para modificar sua situação é preciso que se mude a sociedade como um todo, pois as raízes que sustentam essa opressão são as mesmas que produzem todas as outras injustiças sociais; b) que além da diversidade interna do movimento feminino determinada por sua composição necessariamente pluriclassista, ele não tem um inimigo facilmente identificável, impondo-se, portanto, uma grande prudência na adoção de certas campanhas tanto políticas como reivindicativas; c) que a dispersão que impera no movimento das mulheres não poderá ser superada tão cedo; e muito menos através de propostas orgânicas "jacobinas" que tentariam enquadrá-lo a partir de entidades centrais que não emanem dos grupos existentes; ou ainda através de um culto ingênuo da "democracia direta" dominante em grande parte das iniciativas dos grupos existentes.

Será, sem dúvida, a partir destas constatações que as feministas marxistas poderão dar início à necessária revisão de seus métodos de trabalho; condição sine qua non de uma descoberta de novos caminhos para sua luta. (A.S.)

## O IMPASSE POLONÊS

F. ANDRADE

A crise do comunismo polonês nos interpela. Por sua profundidade, por seu caráter cíclico e a partir das greves operárias desencadeadas em julho de 1980, por seu caráter crônico. No terreno das instituições políticas do poder socialista esta crise conduziu a um fenômeno inédito: o Partido abandonou explicitamente suas responsabilidades governamentais transferindo-as às Forças Armadas. Não é possível reconhecer de maneira mais flagrante e insofismável o fracasso de um regime político.

A seriedade de uma análise depende fundamentalmente do respeito pelos fatos históricos. Faltam com esse respeito tanto os apologistas cegos do chamado socialismo real quanto os que extrapolam o exame do processo político polonês para outras democracias populares e para o campo socialista no seu conjunto. Atitude normal dos profissionais do anti-comunismo, mas indigna de um analista objetivo. Sejamos lógicos: se a instauração de uma ditadura militar prova o fracasso de um regime, ela só o prova ali onde ela se instaurou: no que ao campo socialista se refere, na Polônia e em nenhum outro país.

Sabe-se que a crise crônica que conduziu à instauração da ditadura militar se insere numa série de crises cíclicas abertas em 1956 - quando o chamado processo de desestalinização atingiu o ápice - com os sangrentos incidentes do dia 28 de junho em Poznan que aceleraram o confronto entre os elementos stalinistas e os partidários das reformas políticas no seio do Partido e do aparelho de Estado. No entanto, como observa François Fejtó - o principal historiador francês das democracias populares, com posições políticas que o tornam insuspeito de qualquer complacência analítica - "a direção do partido tirou dos acontecimentos (de Poznan) conclusões inteligentes". O primeiro-ministro Cyrankiewicz, acossado de um lado pela ala stalinista e de outro pela pressão da opinião pública, deu provas, com efeito, de habilidade e de senso de composição de forças numa situação de equilíbrio precário, evitando tanto que os stalinistas transformassem os combates de rua de Poznan num pretexto para o retrocesso ao centralismo burocrático e à intolerância, quanto que os elementos contestatários mais radicais - inclusive os contra-revolucionários - tornassem impossível o compromisso, precipitando o enfrentamento.

O enfrentamento acabou acontecendo, mas num processo de convergência entre a ala renovadora do partido e a dinâmica do movimento de massas. A desestalinização foi acelerada, inclusive ao nível do aparelho militar e policial. No partido, a ascensão dos renovadores culminou com o

retorno ao posto de secretário-geral de Gomulka, que em 1948 fora destituído e encarcerado (por mais de seis anos) por sua oposição aos métodos stalinistas que então se afirmavam em todas as democracias populares com exceção da Yugoslávia.

Decidida pela maioria da direção do POUP, a volta de Gomulka ao poder marcou o triunfo da renovação política da Polônia socialista. Derrotada no Partido após ter sido repudiada pela opinião pública, a ala stalinista tentou o golpe de Estado. Mas nem na polícia secreta, nem no Exército encontrou apoios suficientes para impor uma solução de força. Em fins de outubro de 1956, a situação já estava claramente decidida em favor da renovação política. No mesmo momento em que na Hungria a contestação do regime era afogada a ferro e fogo pela intervenção soviética.

Gomulka governou a Polônia quase quatorze anos, durante os quais o compromisso de 1956 foi globalmente respeitado. Não se tocou na pequena propriedade camponesa, a Igreja manteve seus privilégios e, na esfera cultural, instalou-se um "modus vivendi" aceitável entre o Partido e os intelectuais. Mas faltava a esse equilíbrio feito de concessões recíprocas um fator dinâmico capaz de conduzir a sociedade polonesa a uma síntese nova. Ela foi ficando para trás no terreno econômico, sobretudo por causa da baixa produtividade da agricultura. A crise de 1970 foi provocada pela mobilização operária contra a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade, decidida pelo governo de Gomulka de maneira autoritária. Face ao descontentamento popular expresso - com bastante violência, é verdade - em vários portos do mar Báltico (Gdansk, Gdynia, Elblag), Gomulka apelou para a milícia policial e, logo que esta revelou-se incapaz de conter a maré dos manifestantes, para o Exército. Consta (e o fato é admitido pelo insuspeito François Fejtó) que vários chefes militares exprimiram descontentamento em ter que reprimir operários. E a tragédia maior ocorreu em Gdynia, no dia 17 de dezembro de 1970: com a cidade em pé de guerra, incêndios por toda a parte (porque numa dinâmica de massas como essa nunca faltam os provocadores) as forças de repressão atiram nos trabalhadores provocando muitas dezenas de mortos. Mais uma vez o poder político socialista da Polônia sujava as mãos com sangue de operários.

A solução da crise foi semelhante à de 1956: Edward Gierek, membro do Bureau Político, ex-mineiro e resoluto partidário de um acordo com os operários rebeldes, emergiu rapidamente como o árbitro da situação. A 20 de dezembro, uma reunião plena do CC do POUP aprovou a demissão de Gomulka e sua substituição por Gierek. Este abriu imediatamente as negociações com os comitês de greve constituídos nos principais centros industriais do país e satisfez praticamente todas as reivindicações, inclusive anulando as altas de preços que tinham desencadeado o movimento. Comprometeu-se também em nunca apelar para a repressão contra a classe operária. Cumpriu a promessa quando, dez anos mais tarde, o descontentamento dos trabalhadores voltou-se contra seu próprio governo.

Comparada à evolução de outras democracias populares, a crise polonesa de 1970 aparece como manifestação cíclica de uma contradição persistente entre a sociedade civil e o Estado. Além da Yugoslávia, onde não chegou sequer a haver "stalinização", nem a Bulgária, nem a Romênia e nem a Alemanha Democrática conheceram crises políticas maiores. E a própria Hungria que em 1956 sofreu o duplo traumatismo de uma guerra civil e de uma intervenção armada soviética, caminhou depois no rumo da construção de uma economia socialista dinâmica num contexto político de distensão. É só na Tchecoslováquia que persiste uma crise política reprimida, quase quatorze anos após a liquidação da experiência de descentralização pela intervenção armada das forças do Pacto de Varsóvia.

Mas se a "ordem tcheca" é de natureza indisfarçavelmente repressiva, a evolução polonesa entre 1970 e 1980 se deu em sentido contrário. O "compromisso de 1956" foi alargado em todas as direções durante o governo de Gierk: em relação à Igreja, aos camponeses, aos intelectuais, além da própria classe operária, principal interlocutor social de um governo que de resto pretendia representar seus interesses históricos. Mas tudo num contexto em que a perspectiva de transformação social e cultural, de edificação de uma nova sociedade e de uma nova cultura, parecia abandonada "sine die" em prol da pacífica coexistência dos mais diversos segmentos da nação polonesa. Quem viu o filme "O Homem de Mármore", produzido durante este período, pode aquilatar o grau de liberdade de crítica já então existente no país. Mas há também de ter constatado o clima de irônico conformismo em que termina o filme.

A política econômica de Gierk se distinguiu da de seu predecessor apenas por seus traços tecnocráticos mais acentuados. Um ambicioso programa de desenvolvimento industrial financiado em larga medida pelos bancos ocidentais caracterizou a tentativa de aceleração do crescimento econômico sem transformação das estruturas sociais (sendo que a agricultura camponesa é de baixa produtividade e reclama um audacioso programa de cooperativização socialista abrindo a via para a criação de complexos agro-industriais avançados).

A Polônia de Gierk foi assim colhida de choque pela crise internacional do capitalismo e, ameaçada de estrangulamento financeiro, teve que apelar para uma "política de austeridade" implicando notadamente a alta dos produtos de primeira necessidade. Repetiu-se o cenário de 1970: só que desta vez a vaga de greves não foi reprimida e abriu caminho a uma evolução política inédita no campo socialista.

Com efeito, as lutas sociais de 1980 se distinguiram das precedentes por terem sido conduzidas através de um movimento sindical criado pela iniciativa das bases operárias e que rapidamente galvanizou amplos setores da população nas mais diversas categorias profissionais, colocando-se assim como alternativa ao sindicalismo de Estado. O acordo de Gdansk, no qual Solidariedade foi oficialmente reconhecido pelo governo, constituiu neste sentido um "compromisso histórico" inédito nas de

mocracias populares. Do ponto de vista do regime polonês - isto é, do poder político monopolista exercido pelo POUP - este acordo constituiu uma concessão fundamental em relação ao princípio do sindicato único rigidamente mantido até então em todo o campo socialista.

Foi sobretudo este aspecto que a imprensa capitalista salientou ao comentar, na época, o "compromisso histórico" de Gdansk. Entre inúmeros exemplos, mencionamos, como um dos mais sintomáticos, a tomada de posição do semanário liberal francês Le Nouvel Observateur, conhecido por suas posições obsessivamente anti-soviéticas. O título de capa de seu número 826 de 6/12 de setembro de 1980 foi lapidar: "Polônia: esta vitória que abala Moscou". É preciso comentar? Estes mesmos tartufos que agora choram lágrimas de crocodilo pelo povo polonês submetido à ditadura militar já estavam, um ano e meio antes de que esta fosse instaurada e num momento em que a consolidação do "compromisso histórico" era objetivamente viável, cutucando Moscou com vara curta e tentando fazer das justas reivindicações democráticas do povo polonês um meio de propaganda e de provocação. No interior da revista, vários artigos celebram a vitória contra "os despotas egoístas", ou melhor, como explica o especialista de anti-sovietismo K.S.Karól, "a maior derrota já mais sofrida pela classe dirigente de um país do Leste (sic)". Outros jornalistas do mesmo quilate "explicam" pela enésima vez que o stalinismo vem do leninismo e que este é o comunismo burocrático agora repudiado pelo povo polonês, etc. Também é minuciosamente examinada a situação das forças do Pacto de Varsóvia, de maneira a mostrar - com indisfarçado entusiasmo - como a saída da Polônia do bloco militar do campo socialista enfraqueceria a União Soviética.

Quase um ano e meio se passou entre a conclusão do acordo de Gdansk e o golpe militar de dezembro de 1981. Neste período jogou-se a sorte do "compromisso histórico" graças ao qual um poder socialista teria se compatibilizado com amplas liberdades de organização e expressão. O verbo tem que vir no condicional porque, como sabemos todos, esta experiência não chegou a se concretizar. Durante este ano e meio Solidariedade de com a força e a autoridade que lhe conferiam de um lado o imenso apoio popular no interior da Polônia e de outro o apoio da opinião pública internacional - inclusive de boa parte dos partidos comunistas ocidentais - não foi capaz de definir nem mesmo seus próprios objetivos históricos. Embora se apresentando como uma grande central sindical, nunca chegou a escapar da tentação de aprofundar a crise do poder político. Tarefa tanto mais fácil que o POUP tinha se desmoralizado em todas as suas esferas de ação (inclusive em termos de corrupção administrativa). Às vésperas do golpe de Estado militar, Solidariedade estava à testa de uma ofensiva política visando claramente a derrubada do regime. De um regime que, com todas as suas fraquezas, tinha dado reiteradas provas de sua vontade de se renovar, isto é, de reconhecer a nova situação nacional criada pela presença determinante de Solidariedade no país. Neste sentido, foi Solidariedade que não quis conviver com o POUP e não o contrário.

Em nome de que objetivos a central sindical dirigida por Lech Walesa assumiu o risco de um enfrentamento total com o poder político instituído na Polônia? Que se examinem atentamente os documentos, proclamações e tomadas de posição de Solidarnosc. São pelo menos tão vagos, indecisos e contraditórios quanto os do POUP, mais exatamente, das direções que foram rapidamente se sucedendo à testa deste partido em crise. Afirmando, com têm feito os "solidarnosc" mais exaltados d'aquém e d'além mar, que a derrubada do regime polonês seria o caminho para o triunfo de um "socialismo humanista e libertário" é embriagar-se com palavras. Os círculos dirigentes ocidentais, que defendem sólidos interesses materiais secularmente constituídos, não incentivaram as veleidades insurrecionais de Solidarnosc por amor à causa da sociedade sem classes.

O golpe militar de 13 de dezembro de 1981 foi a alternativa encontrada pelo Estado socialista polonês à guerra civil e ao caos econômico. A fórmula sem dúvida provocará sorrisos: afinal, é idêntica às que empregam os chefes dos golpes militares contra-revolucionários nos países capitalistas. Mas de que serve rir das fórmulas quando elas traduzem a realidade dos fatos? As declarações do vice-primeiro-ministro Mieczyslaw Rakowski explicando a instauração do estado de sítio em seguida ao golpe do general Jaruzelski são, neste sentido, difíceis de contestar: tratava-se de "pôr fim à crescente anarquia e à destruição da economia polonesa". "Hoje, sem dúvida nenhuma, se não fosse o estado de sítio, os poloneses não teriam condições de sobreviver a este inverno rigoroso. Estaríamos na posição de mendigos da Europa". Aliás, a direita e todos os liberais bem-pensantes da Europa, para quem os camponeses massacrados em El Salvador não passam de guerrilheiros e terroristas a soldo de Havana e Moscou, não perderam a oportunidade para organizar cestinhas de natal para o povo polonês. Chirac, prefeito de Paris e chefe da ala mais reacionária do "gaullisme", chegou ao ridículo de coordenar esta coleta de cestinhas: nunca se viu tanto filhinho de papai, nem tantas damas e cavalheiros do "top set" enternecidos assim com o destino da classe operária. E não se diga que o vice-primeiro-ministro Rakowski não merece credibilidade pelo fato mesmo de ser ministro de um regime militar. Numa entrevista publicada no Times de Londres e reproduzida no Estado de São Paulo (25/2/82), ele declarou sem rodeios que os comunistas são os principais responsáveis pela crise polonesa. É preciso, de resto, grande dose de estultice para pretender eximir da responsabilidade um partido que exerceu o poder, sem interrupção, durante trinta e cinco anos.

Mas uma dose pelo menos tão grande de ingenuidade é necessária para atribuir ao Solidarnosc as qualidades revolucionárias que o POUP demonstrou eloquentemente não possuir. Que a social-democracia e a reação internacional, cada uma à sua maneira, consagrem Lech Walesa e o sindicato que dirige dignos de uma solidariedade monolítica, faz parte da luta ideológica. Que se reconheça que a luta por amplas liberdades no interior de um regime socialista comporta inevitavelmente uma cri-

-25-

tica liberal ao socialismo, parece lógico. Não se pode pedir às massas polonesas, que sofreram as consequências dos erros dos comunistas, fria serenidade analítica para distinguir rigorosamente os objetivos históricos do socialismo e os interesses estratégicos do campo socialista de sua justa revolta contra os métodos de um poder político que, em nome desse mesmo socialismo, levou a Polônia à beira da catástrofe. O que se pode é pedir aos que criticam o comunismo polonês em nome da teoria marxista que não rebaixem o nível da discussão com formulações panfletárias do tipo: "O pretense 'Estado Operário' polonês, com a solidariedade do pretense 'Estado Operário' soviético, vale-se da camada militar (a expressão mais evidente da burocracia) para esmagar o movimento autônomo e nacional da classe operária, que lutava por um dos mais caros ideais do socialismo: a autogestão dos trabalhadores". A apreciação é do eurocomunista brasileiro Carlos Nelson Coutinho num artigo publicado em 14/1/82 na página 3 da Fôlha de São Paulo. Em vez de uma análise séria e concreta de uma situação dramática e concreta encontramos no artigo de Coutinho a repetição de um velho esquema maniqueísta opondo a classe operária boa e autogestionária à burocracia má e repressiva. Criticar a burocracia sempre "dá IBOP", mas para estar à altura "das melhores tradições do movimento comunista", como pretende este autor, é necessário desprezar a fraseologia oca, repetitiva e dogmática (isto é a pior tradição do movimento comunista) e examinar o processo histórico em todos os seus aspectos, em todos os momentos de seu desenvolvimento concreto. Se tivesse minimamente respeitado a mínima exigência de rigor materialista, Coutinho, em vez de postular o caráter revolucionariamente autogestionário do sindicato Solidariedade, teria constatado pela simples leitura de qualquer jornal da época que, como em 1970, a mobilização dos operários poloneses em 1980 foi provocada pela alta abrupta dos preços dos artigos de primeira necessidade. O fracasso econômico do governo Gierek serviu de catalizador para a cristalização dos descontentamentos os mais diversos, cujo único - e compreensível - denominador comum era o poder falido do POUP.

Esta falência do regime concerniu mais ainda que o POUP, o sindicalismo oficial, cujos líderes, em poucas semanas, ficaram falando sozinhos enquanto que milhões de trabalhadores aderiam ao Solidariedade. Uma tão unânime e espontânea adesão teria sido impossível se o sindicato liderado por Lech Walesa tivesse assumido uma postura ideológica ou mesmo política no sentido programático do termo. Solidariedade se impôs de maneira tão determinada na cena social polonesa na medida em que assumiu a defesa dos interesses dos trabalhadores sem qualquer discriminação religiosa, ideológica, e política e em que, por conseguinte, contrapôs-se à ineficiência dos sindicatos oficiais, transformados em meras correias de transmissão do poder político.

Solidariedade não era portador do projeto de uma nova sociedade. O fato de que alguns de seus líderes tenham falado em autogestão - uma noção tão vaga que pôde ser usada por sociais-democratas, esquerdistas, liberais de esquerda e que foi incorporada à ideologia oficial de regimes

tão díspares quanto o da Yugoslávia, o da Argélia e o dos militares peruanos durante o governo do general Velasco Alvarado - só constitui uma "prova" em contrário quando se abandona a análise política pela retórica panfletária, como o faz Coutinho no artigo em questão. No auge da crise polonesa, quando o Solidariedade sucumbiu à tentação de assalto ao poder, não somente estava atravessado por correntes contraditórias, mas, no vazio deixado pela falência do POUP, forças políticas como a Confederação pela Polônia Independente (KNP), abertamente contra-revolucionária e o Comitê de Auto-Defesa Social (KOR), extremamente ambíguo, tratavam de impulsionar o processo de mobilização popular canalizado pelo Solidariedade no sentido de uma solução de força. Conseguiram. Só que numa solução de força ganha o mais forte. No caso, o Exército polonês.

A instauração de uma ditadura militar constitui manifestação evidente do caráter crônico da crise do poder político na Polônia socialista. A perda da credibilidade do POUP parece irreversível. Como também a posição determinante do Solidariedade na cena social e política polonesa. Sem a central de Lech Walesa não é concebível uma reconciliação nacional abrindo a via para um novo regime político socialista liberto das taras daquele que o golpe de 13 de dezembro de 1981 enterrou. O comunismo terá um futuro na Polônia - enquanto movimento revolucionário e não enquanto rótulo ideológico de uma máquina administrativa - se escapar à tentação de voltar ao poder na base da "normalização" sob tutela militar. As forças contra-revolucionárias efetivamente operantes nos poros da dinâmica de massas desencadeada por Solidariedade já foram neutralizadas "manu militari". O perigo maior hoje na Polônia é o retrocesso burocrático. Mas há boas razões para esperar que o Conselho Militar de Salvação Nacional tenha tirado da última etapa da crise cíclica do poder socialista polonês as lições impostas pela justa revolta da classe operária de seu país.